

# O negócio do tráfico negreiro de João Rodrigues Pereira de Almeida, o Barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida, em Moçambique, c.1808 – 1829

Carlos Gabriel Guimarães\*

pp. 67-79

## Introdução

*Após a partida do embaixador [duque de Luxemburgo, embaixador francês na corte do Rio de Janeiro em 1816], um homem generoso quem eu fora recomendado, o senhor comendador J. Rodrigues Pereira de Almeida, me propôs acompanhá-lo até a sua habitação, situada próxima ao rio Paraíba e cerca de 25 a 30 léguas do Rio de Janeiro: aceitei com sofreguidão e reconhecimento (...)' (Saint-Hilaire, 2000: 17).*

Na sua primeira viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, August de Saint-Hilaire, acompanhado pelo “generoso” comendador João Rodrigues Pereira de Almeida, conheceu a região do médio do vale do rio Paraíba. Entre as fazendas onde pernitoitou, estavam os famosos engenhos de Pau Grande e de Ubá, sendo este último, propriedade do dito comendador. Em outras passagens do relato de sua viagem, Saint-Hilaire agradeceu ao comendador por arcar com as despesas da mesma e indicá-lo aos amigos que contribuíssem para que a viagem fosse proveitosa. Uma questão então surgiu: quem foi o comendador João Rodrigues Pereira de Almeida?

Filho do negociante e contratador José Pereira de Almeida, um dos maiores negociantes de grosso trato (homens de negócio) português do reinado de D. Maria I, e sobrinho do senhor de engenho de Pau Grande José Rodrigues da Cruz e do negociante Antonio Ribeiro de Avellar, João Rodrigues Pereira de Almeida foi um dos mais ricos e poderosos negociantes portugueses no Rio de Janeiro durante os reinados de D. João VI e de D. Pedro I<sup>2</sup>. Contratador do dízimo do Rio Grande, do quinto dos couros e do gado em pé nas décadas de 1790 e 1800, representante da firma comercial lisboeta Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no Rio de Janeiro após-1808, e com negócios no comércio de cabotagem ligando o porto do Rio de Janeiro até a cidade de Rio Grande, capital e principal porto da

\* Departamento de História da UFF. Pesquisador 1D do CNPq. [carlosguimaraes@gmail.com](mailto:carlosguimaraes@gmail.com)

<sup>1</sup> August Saint-Hilaire foi um botânico e naturalista francês, que esteve na Corte portuguesa no Rio de Janeiro com a missão francesa. No período de 1816 a 1822, viajou pelo Brasil, e fez vários relatos das diversas regiões, como também da flora e fauna.

<sup>2</sup> Em virtude dos serviços prestados à Coroa, recebeu as mercês de Comendador da Ordem de Cristo (1810), depois Conde de Sua Majestade (1821) e barão de Ubá (1828). Esse último constituiu-se no primeiro baronato da região cafeeira do Vale do Paraíba fluminense.

Província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>3</sup>, o negociante e a firma atuaram também nas carregações de escravos vindos da África.

O trabalho que apresentamos versa justamente em analisar a atividade comercial do tráfico negroiro em Moçambique desenvolvida pelo negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de c.1808 a 1829. Está dividido em duas partes mais a Consideração Final provisória. Na primeira parte, reconstruímos a trajetória do negociante e traficante de escravos João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. Na segunda parte analisamos as carregações de escravos no Sudeste Africano (Moçambique e Quilimane) empreendidas pelo traficante e pela firma face à pressão inglesa para acabar com o tráfico transatlântico de escravos na conjuntura econômica e política da época.

## 1. A trajetória do negociante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia.

Nos últimos anos temos presenciado uma série de trabalhos com ênfase em trajetórias de comerciantes e do tráfico negroiro no Rio de Janeiro (Florentino, 2005; Fragoso, 2007). Face à influência da micro-história italiana (Lima, 2006), particularmente de Giovanni Levi (Levi, 1986; Levi, 2000), os estudos têm privilegiado aspectos como a ação dos indivíduos, dos grupos e das famílias, bem como das redes sociais (e de sociabilidade) para compreender o funcionamento da sociedade carioca colonial e imperial.

As primeiras notícias sobre o negociante João Rodrigues Pereira de Almeida na cidade do Rio de Janeiro datam de 1794, quando ele apareceu como alferes no “1.º Terço de Infantaria Auxiliar denominado da Candelária, na Rua da Direita”<sup>4</sup>. No inventário do seu pai, o negociante de Lisboa José Pereira de Almeida, constava que João Rodrigues, então com a idade de 21 anos (em 1795), vivia no Rio de Janeiro “em casa do tio Antonio Ribeiro de Avellar”<sup>5</sup>. Antonio Ribeiro de Avelar foi um dos negociantes mais importantes do Rio de Janeiro no final dos setecentos (Fragoso, 1993: 295), e juntamente com seu irmão João Rodrigues da Cruz eram os proprietários do engenho de Pau Grande (Moraes, 1994; Muaze, 2008; Muaze e Salles, 2017). Essa rede de sociabilidade possibilitou a João Rodrigues ascender na Praça do Rio de Janeiro e se associar com outros negociantes, como foi o caso de Antonio dos Santos, primo e sócio de Antonio Ribeiro de Avellar na firma comercial Antonio dos Santos & Cia., proprietária do trapiche em Inhomirim e outros negócios (Pesavento, 2009: 112-113).

Em 1799, João Rodrigues apareceu como negociante e capitão no Corpo de Milícias, 1.º Regimento de Milícias de Infantaria, da Freguesia da Candelária, 1.º de Fuzileiros.<sup>6</sup> Além da participação nos negócios dos contratos régios, sob as ordens do Vice-rei do Estado do Brasil D. Luis de Vasconcellos, 4.º Conde de Figueiró, juntamente com o seu tio José Rodrigues da Cruz e o major Ignácio de Sousa Werneck, empreendeu uma “empresa de conquista” junto aos índios coroados localizados numa região compreendida entre os rios Paraíba do

<sup>3</sup> A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi criada em 19 de setembro de 1807, e sucedeu a Capitania do Rio Grande de São Pedro, fundada em 1760.

<sup>4</sup> O nome de João Rodrigues não constava na lista dos negociantes. Já o seu tio Antônio Ribeiro Avelar apareceu como capitão do Terço de Infantaria Auxiliar denominado da Candelária, e com loja de atacado na Rua da Direita (em 1792, a loja era na Rua dos Pescadores). Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1792 e 1794. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 266, jan/março de 1965. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1965, p. 233.

<sup>5</sup> ANTT, Letra J, maço 243, n.º 4, José Pereira de Almeida. 1795. f. 12. Feitos Findos. Inventário Orfanológico.

<sup>6</sup> Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1799. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo XXI, 1.º trimestre de 1858. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858, pp. 85 e 169.

Sul e Rio Preto, na região de serra acima da capitania do Rio de Janeiro. A “domesticação” dos índios e a criação do aldeamento de Nossa Senhora da Glória de Valença, em 1801, possibilitou não só cruzar o rio Paraíba do Sul, como também a ocupação mais efetiva da região com a concessão de sesmarias. Tal façanha fora celebrada por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar na época<sup>7</sup>, significando prestígio político e econômico aos conquistadores.

No tocante à firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia., infelizmente não encontramos o registro da sociedade nos Livros de Notas e Registros dos Cartórios de Lisboa, nem na Real Junta de Comércio, e não podemos confirmar o ano de criação da mesma, nem se todos os irmãos Pereira de Almeida eram sócios da firma. Joaquim Pereira de Almeida era o nome do irmão mais velho de João Rodrigues e esteve em Macau na década de 1780. Sua presença neste importante posto comercial, religioso e cultural localizado no Sul da China, rota do comércio com Bengala, Calcutá e Goa, fora retratada pelo poeta português Du Bocage, quando esse esteve em Macau em 1790<sup>8</sup>. Ao retornar para Lisboa, o negociante Joaquim Pereira de Almeida continuou no comércio com Macau, Goa e Bengala<sup>9</sup>, e a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia manteve esse comércio como constou no documento de 1803, com a importação de “duas e meias caixas com Chá perola (...) vindas de Macau em 1803 no navio Modesta”<sup>10</sup>. José Acúrcio das Neves, desembargador da Relação do Porto, e deputado e secretário da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação deste Reino e seus Domínios de Lisboa, ao analisar o comércio português na Ásia, mencionou a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. como proprietária de navios que fizeram comércio na Ásia nos anos de 1804 e 1806<sup>11</sup>, e, na seção de Avisos da *Gazeta de Lisboa* de 1 de abril de 1806, encontramos sua participação na criação de uma Cia de Seguro. Dizia o aviso:

*No dia 24/03 proximo passado começou a ter exercicio huma nova companhia de seguros de mar e terra, estabelecida na Praça desta cidade, debaixo da firma d Salgado, barros, pedra, Sousa e Companhia. Todos os sócios respondem em sólido por todos os seus bens. São Directores Joaquim Pereira de Almeida & Cia, e Joaquim José da Cunha; e caixa José Pereira de Souza; o que se faz publico para utilidade do Commercio.*<sup>12</sup>

Acreditamos que a criação da companhia de seguro estava relacionado não só com a importação das especiarias da Ásia, mas, principalmente, com o comércio de escravos na África. Face ao custo desse comércio, com os escravos africanos sendo comercializados com os panos da Índia e metais preciosos, como a Prata, era necessário assegurar tais mercadorias (Antunes, 2006 e 2010; Carreira, 2014; Bohórquez, 2016).

A chegada da corte no Rio de Janeiro, em 1808, possibilitou a ascensão econômica e política de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. Além de ser nomeado diretor do Banco do Brasil e deputado da Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos, João Rodrigues recebeu as mercês da Ordem e da Comenda da Ordem de Cristo (Mattos,

<sup>7</sup> “Memória histórica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. Apud: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 3.ª série, n. 14, 2.º trimestre de 1854, pp. 251-253.

<sup>8</sup> *Manoel Maria Du Bocage* (1867). *Excertos seguidos de uma noticia sobre a sua vida e obra (...) por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier, p. 62.

<sup>9</sup> ANTT, Consulta. Joaquim José Cordeiro e Joaquim Pereira de Almeida, a necessária licença para expedirem ao Porto de Bengala o seu Navio denominado Princesa do Brasil. (12/11/1793). pp. 237v-238. Junta do Commercio. Livro 128, 1792-1793

<sup>10</sup> ANTT. LIVRO 1088. Ano 1805. f. 5V, N.º 119. Alfandega Grande de Lisboa. Casa da India. Receita de Fazenda Inglesa. Livro 1088. Ano 1805. O Chá perola, o “zhu cha”, é um tipo de chá verde da China, originário da província Zhejiang. Era também conhecido como Gun-powder-tea (“Chá pólvora”).

<sup>11</sup> Neves, José Acúrcio das (1814). O comercio portugues na Asia em particular. Apud: Neves, José Acursio das. *Variedades sobre objectos relativos ás artes e manufacturas consideradas segundo os principios da economia politica*. Tomos I. Lisboa: Imprensa Régia, pp. 233-234.

<sup>12</sup> Avisos, p. 3. *Gazeta de Lisboa*. 1.º de abril de 1806. p. 4. (Manteve-se a ortografia da época.)

2009). Durante o período regencial do príncipe João, que, com a morte da mãe, a rainha D. Maria I, assumiu o trono português como D. João VI em 1816, João Rodrigues, assim como outros grandes negociantes e traficantes de escravos, tais como Fernando Carneiro Leão e os irmãos Amaro e Manuel Velho da Silva, prestaram serviços à Coroa, ganhando em troca mercês e prestígio. No caso de João Rodrigues Pereira de Almeida, além dos donativos para a Coroa combater os revoltosos pernambucanos em 1817, foi credor do Erário Régio face à crise financeira e política do Reino em 1821. Nomeado por D. João VI Conselheiro pela Fazenda Real e membro da Comissão da Junta Governativa do Estado do Brasil (decreto de 23 de fevereiro de 1821), e contando com o apoio do ministro Silvestre Pinheiro Ferreira, foi enviado pelo rei para as Cortes de Lisboa para negociar um empréstimo para o Estado do Brasil, como também para tomar ciência da receptividade das Cortes com o retorno da família real para Portugal. Tal importância diplomática ficou explícita na carta de Silvestre Pinheiro endereçada ao Fr. Francisco de São Luis Saraiva, um dos principais membros da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino, de 24 de Agosto de 1820, e Membro do Conselho da Regência, 26 de janeiro de 1821:

*(...) Contudo, não são occultas a sua magestade as difficuldades que occurrem na verificação da sua entrada n'esse reino, por isso que, de uma parte, nem a elle, nem á nação está bem o deixar de exercer, ..., tanto o poder executivo na sua plenitude, como a parte do legislativo, que lhe compete segundo os principios communs a toda e qualquer constituição de uma monarchia representativa (...).*

*Cumpré portanto que sua magestade regule a sua viagem e a entrada n'essa corte pelo que ahí se houver antecipadamente accordado ao mencionado respeito.*

*Tenho pois a rogar a v exc. que, além de instruir ao portador d'esta o Sr. João Rodrigues Pereira de Almeida, um dos meus melhores amigos, e muito digno de confiança de v. exc., ..., me informe do mais que convem avisarme para governo de quem deseja salvar a honra da nação e decoro do throno, tanto no assunto de que tenha fallado, como em quaesquer outro de que v exc. entenda que cumpra que eu esteja de accordo, (...).<sup>13</sup>*

Além da autorização para funcionar no Rio de Janeiro<sup>14</sup> no endereço comercial de João Rodrigues na Rua da Direita, n.º 52, a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia se tornou correspondente do Banco do Brasil em Portugal. O crescimento e o prestígio da firma pareceram evidentes no período joanino, pois, se em 1809, estava localizada na Rua da Emenda, 11, freguesia de Nossa Senhora da Encarnação, em 1823, a firma apareceu como proprietária dos prédios de 9 a 12 na referida Rua da Emenda<sup>15</sup>. Após 1823, com a morte dos irmãos Joaquim Pereira de Almeida<sup>16</sup> e de Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, esse fora Consul português em Bengala<sup>17</sup>, a firma em Lisboa passou a girar em torno do irmão mais novo Matheus Pereira de Almeida associado a Joaquim José da Cunha, que foi sócio de

<sup>13</sup> *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa: Classe de Sciencias Moraes, Politicas e Bellas Lettras*. Nova Serie, tomo III, parte II. Lisboa: Typographia Acadêmica, 1865, p. 60.

<sup>14</sup> BNRJ. Annuncio. p.4. *Gazeta do Rio de Janeiro*, n.º 3, 21 de setembro de 1808. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta\\_rj\\_1808/gazeta\\_rj\\_1808\\_003.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808_003.pdf)

<sup>15</sup> AHTC. *Livro da Décima de Lisboa*. 1809-1823.

<sup>16</sup> No testamento de Joaquim Pereira de Almeida, este deixou "um terço da fortuna para cada um dos irmãos vivos (Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, João Rodrigues Pereira de Almeida e Matheus Pereira de Almeida) e um terço para dividir entre as duas irmãs. O outro irmão, José Rodrigues Pereira de Almeida, já tinha falecido. Alegou Joaquim Pereira de Almeida que as "casas" da sua residência, localizadas na Rua da Emenda, eram de sua propriedade e de seu irmão Antonio Ribeiro Pereira de Almeida. Eram nessas casas que se encontrava a firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia". ANTT, Testamento de Joaquim Pereira de Almeida. Registro Geral de Testamento (RGT). Livro 374, Fl. 290v.

<sup>17</sup> "Em 7 de Julho de 1809 se passou passaporte a Antonio Ribeiro Pereira de Almeida, Consul Geral da Nação Portuguesa em Bengala, que desta cidade de Lisboa faz viagem para Calcutá, com escala por Inglaterra, ou pelo Rio de Janeiro. Referendado por Theodozio José Pinheiro". ANTT, Livro 366, 1809 a 1823. MNE. Passaporte.

Joaquim Pereira de Almeida em carregações para Ásia. Essa nova sociedade dissolveu-se em 1830.<sup>18</sup>

O fim da firma comercial não impediu que João Rodrigues continuasse nos negócios de comércio (cabotagem e escravos) e de produção de açúcar e de café, essas últimas na fazenda de Ubá. Retornando ao Brasil em 1823, e resgatando seus bens sequestrados pelo governo brasileiro (Ribeiro, 2002: 65), o negociante apoiou com recursos financeiros e navios D. Pedro I na Guerra de Independência. Os serviços prestados à Coroa brasileira renderam-lhes frutos e, indicado por seu amigo e ministro do reino José Clemente Pereira, recebeu a mercê de barão de Ubá em 12 de outubro de 1828, o primeiro barão de café da região do Médio do Vale do Paraíba Fluminense, a principal região produtora do café brasileiro até a década de 1880.

## 2. O tráfico negreiro o Sudeste Africano do traficante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia.

A paragem em Moçambique era frequente pelas embarcações pertencentes ao negociante Joaquim Pereira de Almeida. Em 1798, por exemplo, uma embarcação retornando de Bengala solicitou escala em Moçambique em virtude de ataque de corsários franceses<sup>19</sup>. Porém, no tocante ao comércio de escravos, os primeiros registros das atividades comerciais no Sudeste da África efetuados pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. e pelo negociante João Rodrigues remontam ao início do século XIX. Segundo José Capela, em 1805 e 1806, a firma e o negociante eram proprietários dos navios *Animo Grande* e *Telemaco*, que fizeram carregação de escravos vindos de Moçambique.<sup>20</sup>

Este interesse de João Rodrigues em Moçambique, e principalmente no comércio de africanos, pode ser constatado no documento de 1805, em que João Rodrigues fez uma consulta à Junta de Commercio de Lisboa solicitando licença para enviar o navio *Anna* para Moçambique comercializar escravos. Dizia a Consulta:

“Senhor

*Foi V. A. R. Servidode ordenar por Aviso do Ministro Secretario dos Negócios da Marinha e Dominios Ultramarinos que vendo-se neste Tribunal os requerimentos de Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida negociantes da Praça do Rio de Janeiro se consulte o que parecer sobre amateria de que tratar.*

*Pertende o primeiro supplicante que V.A. R. se digne a mandar lhe expedir passaporte a fim de poder enviar o seu navio Jovem Theodora ao Porto de Moçambique para ali fazer o negocio de escravatura tão necessária naquele continente, e voltar ao mesmo Porto do Rio de Janeiro, ou a outro qualquer do Brasil da mesma forma que se tem praticado com outros.*

*O Segundo supplicante pertende igual graça para com o mesmo fim fazer navegar daquela cidade do Rio de Janeiro o seu Navio Anna ao Porto de Moçambique e voltar ao do Rio ou outros qualquer do Brasil.*

<sup>18</sup> “O Commendador Matheus Pereira de Almeida, e Joaquim José da Cunha participação que, desde o dia 13 do corrente mes de Março de 1830 se acha dissolvida a sociedade de commercio, que entre elles existia desde o primeiro dede Agosto de 1823, debaixo da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia, ficando a sua liquidação a cargo do mesmo Commendador, para o qual somente usará da dita firma”. BNL. Anuncios. p. 262. *Gazeta de Lisboa*, 17 de Março de 1830, Num. 65.

<sup>19</sup> AHU, C 81\_ D 98\_10 de Novembro de 1798. Caixas de Macau. Agradeço à Professora Ernestine Carreira pela fonte.

<sup>20</sup> Joaquim Pereira Almeida & C proprietário do navio *Animo Grande*, que esteve em Moçambique a carregar escravos. O documento tem a data de 24 de abril de 1805. AHU, 1.ª secção, caixa 111, capilha 67. Moçambique. João Rodrigues Pereira d’Almeida negociante do Rio de Janeiro e proprietário do navio *Telémaco*, AHU, 1.ª secção, caixa 114, capilha 92, 25 de fevereiro de 1806, Moçambique. Estas informações foram cedidas gentilmente pelo Prof. José Capela.

Carregação “era o termo utilizado para designar uma carga específica (mercadoria, inclusive escravos), pertencente a uma ou mais pessoas, e enviada para uma localidade distinta daquela em que seus proprietários residiam, com a finalidade de ser vendida” (Sampaio, 2003: 238).

*A pertença dos Supplicants em nada encontra a economia do Commercio estabelecida antes he conforme com as providências que se tem dado, para promover o resgate d'escravos de Moçambique para as nossas Colonias (grifo nosso) que perdem na exportação que fazem os estrangeiros, e são por isso deferíveis; mas V. A. R. Decidirá mais justo." RJC em 3/09/1805<sup>21</sup>*

Embora não tenhamos achado a carregação do navio Anna, analisando os periódicos editados no Rio de Janeiro p s-1808, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro* e *Jornal do Commercio*, achamos 16 carregações de africanos realizadas por João Rodrigues Pereira de Almeida e pela firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. no período de 1811 a 1829 (Quadro 001). Destas, nove eram carregações vindas do Congo-Angola e sete eram carregações vindas de Mocambique e Quilimane. Observando o período e as regiões de embarque dos africanos, chamou atenção a mudanç a geográfica, pois, se na década de 1810 as carregações foram exclusivas da região do Congo e de Angola, principalmente no rio Zaire e em Cabinda, depois de 1821 a região privilegiada foi Moçambique e Quilimane, conforme já destacaram os trabalhos de José Capela e Manolo Florentino (Capela e Medeiros, 1987; Florentino, 1993; Capela, 2002).

**Quadro 001** – Carregações de escravos de João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. (1811-1829)

Data de chegada no RJ	Origem do embarque (dias de viagem)	Nome do navio	Carregaç�o
3/07/1811	S�o Tom� (39 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	219 escravos
27/08/1811	Rio Zaire (40 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	310 escravos (3 mortos e 1 doente)
4/05/1812	Cabinda (38 dias)	<i>Galera 7 de Març�</i>	238 escravos (1 morto) e fazendas
24/06/1812	Rio Zaire (35 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	305 (2 mortos) escravos
29/05/1813	Cabinda (35 dias)	<i>Galera 7 de Març�</i>	escravos
18/04/1814	Cabinda (35 dias)	<i>Bergatim Vasco da Gama</i>	escravos
21/11/1817	Cabinda (41 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	escravos
16/03/1819	Bahia (12 dias)	<i>Galera Voador</i>	escravos
3/08/1819	Cabinda (50 dias)	<i>Bergatim Pequena Ventura</i>	escravos, cera e marfim
16/02/1821	Moçambique (48 dias)	<i>Galera 4 de Abril</i>	escravos e tartaruga
30/10/1821	Hambri�e (48 dias)	<i>Bergatim 6 de Fevereiro</i>	escravos
25/01/1826	Quilimane (58 dias)	<i>Bergatim Nacional (?)</i>	340 escravos (10 mortos)
18/03/1826	Moçambique (67 dias)	<i>Navio 4 de Abril</i>	807 escravos (4 mortos)
02/03/1827	Quilimane (48 dias)	<i>Bergatim Nacional 6 de Fevereiro</i>	419 escravos (21 mortos)
31/01/1829	Quilimane (50 dias)	<i>Bergatim Nacional 6 de Fevereiro</i>	430 escravos (26 mortos)
3/02/1829	Moçambique	Navio Nacional 4 de Abril	901 escravos (213 mortos)

Fonte: *Gazeta do Rio de Janeiro* (1811-1821), *Diário do Rio de Janeiro* (1825-1829) e *Jornal do Commercio* (1827-1830).

É importante destacar que, no período de 1821 a 1823, João Rodrigues Pereira de Almeida estava em Portugal, e quem recebeu as carregações para ele no Rio de Janeiro foi José de Carvalho Ribeiro. Segundo Helen Osório, João Rodrigues Pereira de Almeida e José de Carvalho Ribeiro eram credores de vários negociantes no Rio Grande do Sul “e dominavam o comércio dos produtos gaúchos nas duas primeiras décadas do século XIX” (Osório, 2000: 110).

<sup>21</sup> ANTT. Livro de Consultas. Livro 135, 1804-1806. Junta do Commercio Consulta. Sobre pretenderem Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida, Licenç a para mandarem o seu Navio ao Porto de Moçambique. pp. 99-99v.

Comparando os dados extraídos da documentação brasileira com aqueles levantados pelo Banco de Dados do Tráfico Transatlântico de Escravos (Slave Voyage), este último apresentou um maior número de carregações de João Rodrigues, um total de vinte. Destas, doze carregações de escravos vieram do Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico e oito da África Centro-Occidental e Santa Helena (Quadro 2). Das doze carregações, uma ocorreu no ano de 1806, confirmando o dado levantado por José Capela, e as outras onze ocorreram após 1826. Estas últimas corroboram os dados do quadro 1, sobre a mudança da região do tráfico com o maior fluxo para o Sudeste da África, embora as carregações da África Centro-Occidental tenham continuado (Quadro 002).

Quadro 002 – Viagens de João Rodrigues Pereira de Almeida

<b>Identificação da viagem</b>	<b>Navio (Nome)</b>	<b>Ano de chegada dos Escravos</b>	<b>Região principal da compra dos escravos</b>	<b>Região principal do desembarque dos escravos</b>
403	<i>Quatro de Abril</i>	1824	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
610	<i>Bela Americana</i>	1827	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
613	<i>Vinte e Oito de Março</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
615	<i>Seis de Fevereiro</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
623	<i>Amália</i>	1827	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
743	<i>Quatro de Abril</i>	1828	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
818	<i>Seis de Fevereiro</i>	1828	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
832	<i>Dezenove de Março</i>	1828	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
858	<i>Quatro de Abril</i>	1829	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
979	<i>Seis de Fevereiro</i>	1829	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
1022	<i>Dezenove de Março</i>	1829	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
1054	<i>Seis de Fevereiro</i>	1830	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
1057	<i>Quatro de Abril</i>	1830	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
3339	<i>Quatro de Abril</i>	1826	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
3353	<i>Trajano</i>	1826	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil
7019	<i>Pequena Aventura</i>	1811	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
7220	<i>Pequena Aventura</i>	1819	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
49066	<i>Sete de Março</i>	1812	West Central Africa and St. Helena	Southeast Brazil
49995	<i>Pequena Aventura</i>	1811	Bight of Biafra and Gulf of Guinea islands	Southeast Brazil
900068	<i>Telêmaco</i>	1806	Southeast Africa and Indian Ocean islands	Southeast Brazil

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/database/search.faces>

A preferência pelos portos de embarques de Moçambique e Quilimane nos quadros 001 e 002 tem que ser analisada tanto pela conjuntura do tráfico na África, quanto nas ações dos ingleses contra o tráfico transatlântico de escravos. Não negando a importância primeira, a pressão inglesa teve papel importante nessa mudança, primeiramente com a assinatura do Tratado de 1815 com o Reino de Portugal, que aboliu o tráfico atlântico de escravos ao norte do Equador, regulamentado pela Convenção de 1817, e, depois, com a Convenção de 23 de novembro de 1826, “firmada no Rio de Janeiro, ratificada pelo Brasil no mesmo dia e pela Grã-Bretanha em 28 de fevereiro de 1827”), e que abolia o tráfico de escravos no prazo de três anos (Parron, 2011; Peixoto, 2013). A solução do tráfico para o oriente africano foi uma estratégia dos traficantes, beneficiando principalmente aqueles que já tinham uma rede de negócios e conhecimentos na região, como era o caso de João Rodrigues Pereira de Almeida.

Precisando do trabalho de escravos para as suas fazendas de café, João Rodrigues e outros grandes fazendeiros da região do Vale do Paraíba fluminense intensificaram a compra dos escravos (Florentino, 1993; Salles, 2008). Não foi por outra razão que, em 1829, o próprio João Rodrigues Pereira de Almeida empreendeu duas carregações de 430 e 901 escravos, de Quilimane e Moçambique, respectivamente, para o Rio de Janeiro. Na última carregação chamou atenção não só pelo número de escravos como também pelo alto índice da mortalidade na travessia, com a morte de 213 escravos, 23,6 % da carregação, uma taxa muito mais alta do que a média de 14,5% apresentada por Alexandre Ribeiro (Ribeiro, 2011: 4). A maior pressão inglesa significou um maior patrulhamento sobre o tráfico e os traficantes. Nas correspondências dos comissários britânicos relatando o tráfico de escravos de 1829 (Imagem 001), mais especificamente na lista dos navios e dos proprietários no período de março a setembro de 1829, apareceram três carregações em que o proprietário dos navios era o **barão de Ubá**, ou seja, o negociante João Rodrigues Pereira de Almeida, além de uma carregação de Antonio Clemente Pinto. Este último, negociante e fazendeiro de café no Segundo Reinado brasileiro (1840-1889), recebeu o título de Barão de Nova Friburgo e constituiu-se na maior fortuna do Império brasileiro (Marretto, 2017). A menção ao Barão de Ubá pelos britânicos mereceu destaque, pois, pela primeira vez, apareceu um nobre, negociante e fazendeiro de café, como traficante de escravos. Isto, por si só, mostra a relevância do personagem retratado neste texto.

## Considerações finais provisórias

Consoante o título do trabalho, apresentamos os primeiros resultados da pesquisa sobre a atuação do negociante e traficante João Rodrigues Pereira de Almeida, o barão de Ubá, e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia no comércio dos escravos.

Embora esteja faltando um maior refinamento sobre as carregações de escravos, como também da rede do negociante em África, ficou bastante nítida a atuação política e econômica do negociante e traficante João Rodrigues Pereira de Almeida e da firma Joaquim Pereira de Almeida & Cia. A rede de sociabilidade, o conhecimento e a experiência da família Pereira de Almeida no comércio de longo alcance, juntamente com os importantes cargos e prestações de serviços no Império Luso-Brasileiro joanino, com sede no Rio de Janeiro, como também no Primeiro Reinado de D. Pedro I, possibilitaram a João Rodrigues Pereira de Almeida beneficiar-se da proximidade com o aparelho estatal para os seus fins privados, uma atuação típica de um indivíduo da elite mercantil numa sociedade de Antigo Regime. Um exemplo disto, e não explorado no texto, foi a atuação do então deputado na Real Junta do Comércio, que conseguiu o financiamento dessa instituição para a construção da Real Estrada do Comércio, que ligou o porto do Rio de Janeiro a Vassouras.



Essa estrada, a primeira estrada do café de Vassouras para o porto do Rio de Janeiro após 1822, possibilitou também a chegada crescente de africanos na região cafeeira em expansão. Tal feito empreendido pelo negociante, somado aos outros serviços à Coroa, reforçou mais ainda o seu prestígio, e o título de barão de Ubá demonstrara isto. Em 1830, veio a falecer.

Imagem 001 – Correspondance with the British Comissioners at Sierra Leoa, the Havana, RJ and Surinam, relating to slave trade 1829

**BRAZIL.**

77.

**Third Enclosure in No. 63.**

*List of Brazilian Vessels to which Passports have been granted for the Slave-trade in Moçambique.—March to September 1829.*

	Names and Description of the Vessels.	Ports to which they are bound.	Names of the Masters.	Names of the Proprietors.
1829.				
March 21	Brig Maria - -	Moçambique, Porto de Natal, Lourenço Marques, Inhambane, and Quillimane.	{Franc. Nunes Pereira - Madrigal - -}	Domingos Rota Guilmees.
" "	Brig 10th of March	Moçambique, Inhambane, Lourenço Marques, and Cabo Delgado.	José Maria Façao - -	Barão de Ubá
April 7	Brig 28th of March	Moçambique, Quillimane, Inhambane, Lourenço Marques.	{Manoel José Lopes da Costa - - -}	{Antonio Clemente Pinto e Bernardo Antonio Duarte.
" 9	Ship Industria - -	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	{Manoel José Simoes da Fozes.	Franc. José dos Santos.
May 4	Brig Industria - -	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Januario Franc. Miaz - -	Franc. José dos Santos.
" 13	Brig 6th February	Moçambique, Quillimane, and Moçambique.	Franc. de Assis Mendonça	Barão de Ubá.
" 16	Brig Formosa - -	Moçambique, Quillimane, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Antonio José Bondono - -	{Feliciano Alexandrino Gomes.
" 20	{Navio Conde de Souzel - -}	Moçambique, and Quillimane, touching at Bahia - - -	{Alexandre Carlos de Cotrea Monteiro - -}	Manoel dos Passos Correa.
" 22	Bark Novo Paqueta	Moçambique, Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	Joaquim de Sousa Pontes.	{José Gomes de Oliveira e Sa.
June 5	Ship 4th of April - -	Moçambique - - -	{Rafael Ignez da Fozes Louisa - -}	Barão de Ubá.
" "	Ship 30th of March	Moçambique, Quillimane.	Luis Jose Soares Pinheiro.	{José Ferraz da Rocha e Arr. and Joaquim Chaves.
" "	Brig Aurora de Cabo	Moçambique, and Quillimane, touching at Inhambane and Bahia de Lourenço Marques.	{Ante. Joaom da Sa. Raposo - - -}	Franc. da Costa Guilmees.
" 20	Brig Vulcano - -	Quillimane and Moçambique - - -	José de Freitas Chavez - -	José Freire de Andrade.
" 27	Bark Eliza - -	Moçambique, Lourenço Marques, Inhambane, and Quillimane.	{Franc. José da Sa Ercelira - - -}	José Alas da Silva Porto.
July 1	Brig Pollfemo - -	Moçambique, Inhambane, and Lourenço Marques.	Joaquim Gervasio - - -	{Franc. José dos Santos, Duques. Carvalho de Sá.
" 11	Bark Anisado - -	Quillimane, and Moçambique.	Joaquim Martins - - -	José Freire de Andrade.
" 24	Ship Incomparavel	Moçambique, returning by Moçambique, and Ports of Brazil - -	Estevas José Alves - - -	Antonio José d'Amorim.
" 30	{Luzifer Santo Antonio}	Moçambique, Inhambane, and other Ports of the same Coast.	José Caetano Malho - - -	José Antonio Oliveira e Sa.
Aug. 5	Brig Minerva - -	Quillimane, and Moçambique.	{Antonio José d'Oliveira. Barros. - -}	{Zeferino José Pto. de Miaz.
" 19	Schooner Dafud - -	Moçambique by Quillimane, Sofala, and Bahia de Lourenço Marques.	José Maria Meira - - -	{Luis Carlos Adolfo de Souza, and others.
" 20	{Ship Imperio do Brazil - -}	Moçambique, Quillimane by Inhambane, and Bahia de Lourenço Marques.	José Maria Meira - - -	{Luis Carlos Adolfo de Souza, and others.

**Referências bibliográficas**

AHTC. *Livro da Décima de Lisboa*. 1809-1823.  
 AHU, C 81\_D 98\_10 de Novembro de 1798. Caixas de Macau.  
 AHU, 1.ª secção, caixa 111, capilha 67. Moçambique.  
 AHU, 1.ª secção, caixa 114, capilha 92, 25 de fevereiro de 1806, Moçambique.  
 Alexandre, Valentim, O Império luso-brasileiro em face ao abolicionismo inglês (1807-1820). In: Silva, Maria Beatriz Nizza da (org.). *Brasil: colonização e escravidão*. São Paulo: Nova Fronteira, 1996.  
 Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1792 e 1794. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*, Vol. 266, jan/março de 1965. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1965.

- Almanac Historico da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro composto por Antonio Duarte Nunes de 1799. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. Tomo XXI, 1.º trimestre de 1858. Rio de Janeiro: Typ. Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858.
- Almeida, Paulo Roberto de (2001), *Formação da diplomacia econômica no Brasil*. São Paulo: SENAC.
- Almodovar, António, “O pensamento político-económico de José Acúrsio das Neves: uma proposta de leitura”. In: *Obras Completas de José Acúrsio das Neves*. Vol. I. Porto: Afrontamento, s.d., pp. 15-60.
- ANTT, Letra J, maço 243, n.º 4, José Pereira de Almeida (1795), f. 12. Feitos Findos. Inventário Orfanológico.
- ANTT, Consulta. Joaquim José Cordeiro e Joaquim Pereira de Almeida. a necessária licença para expedirem ao Porto de Bengala o seu Navio denominado Princesa do Brasil. (12/11/1793). pp. 237v-238. Junta do Commercio. Livro 128, 1792-1793.
- ANTT. Livro 1088. Ano 1805. f. 5V, N.º 119. Alfândega Grande de Lisboa. Casa da Índia. Receita de Fazenda Inglesa. Livro 1088. Ano 1805.
- ANTT, Testamento de Joaquim Pereira de Almeida. Registro Geral de Testamento (RGT). Livro 374, Fl. 290v.
- ANTT, Livro 366, 1809 a 1823. MNE. Passaporte.
- ANTT. Livro de Consultas. Livro 135, 1804-1806. Junta do Commercio Consulta. Sobre pretenderem Francisco Rodrigues de Lima e Couto, e João Rodrigues Pereira de Almeida, Licença para mandarem o seu Navio ao Porto de Moçambique, pp. 99-99v.
- Antunes, Luís Frederico Dias (2006), “A influência Africana e Indiana no Brasil, na virada do século XVIII: Escravos e têxteis” In: Fragoso, João; Sampaio, Antonio Carlos Jucá de; Campos, Adriana. *Nas Rotas do Império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes, Lisboa: IICT.
- Antunes, Luís Frederico Dias (2010), “A dinâmica do comércio Indo-Brasileiro: Têxteis, metais preciosos e outras trocas comerciais (1808-1820).” In: O Estado da Índia e os desafios europeus. Actas do XII Seminário Inrernacional da História Indo-Portuguesa. Lisboa.
- Bethell, Leslie (1976), *A abolição do tráfico de escravos no Brasil: a Grã Bretanha, o Brasil e a questão do tráfico de escravos de 1807 a 1869*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp.
- BNL, Gazeta de Lisboa, 17 de Março de 1830, Num. 65. Anuncios, p. 262.
- BNRJ, Gazeta do Rio de Janeiro, n.º 3, 21 de setembro de 1808. Anuncio. p. 4. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_periodicos/gazeta\\_rj/gazeta\\_rj\\_1808/gazeta\\_rj\\_1808\\_003.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/gazeta_rj/gazeta_rj_1808/gazeta_rj_1808_003.pdf)
- Bohórquez, Jesus (2016), *Globalizar el sur: la emergencia de ciudades globales y la economía política de los imperios portugués y español: Rio de Janeiro y La Habana durante la era de las revoluciones*. PhD theses; Department of History and Civilization. Florence: European University Institute.
- Capela, José e Medeiros, Eduardo (1987), *O Tráfico de Escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo; Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane.
- Capela, José (2002), *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto: Afrontamento.
- Carreira, Ernestine (2005), Navegação comercial entre o Brasil e a Ásia Portuguesa durante a estadia da corte no Brasil 1808-1821. *Actas do Congresso Internacional «Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa 2 a 5 de Novembro de 2005, FCSH/UNL.[http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ernestina\\_carreira.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/ernestina_carreira.pdf).

- Carreira, Ernestine (2014), *Globalising Goa (1660-1820): Change and exchange in a former capital of empire*. Translate Claire Davison, Goa.
- Conrad, Robert (1985), *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- Curto, José C. (2002), *Álcool e escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (c. 1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral (2003), *Transforming Atlantic Slaving: Trade, Warfare and Territorial Control in Angola, 1650-1800*. Tese de Doutorado, UCLA.
- Ferreira, Roquinaldo Amaral (1996), *Dos Sertões ao Atlântico: Tráfico Ilegal de Escravos e Comércio Lícito em Angola, 1830-1860*. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFRJ-PPGH.
- Florentino, Manolo Garcia (1995), *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- (org.) (2005), *Tráfico, cativo e liberdade: Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fragoso, João Luis R. (1993), *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- (2003), “A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII \_ algumas notas de pesquisa”. *Tempo – Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 8, n. 15, pp. 11-35.
- Fragoso, João Luis R. et al. (2006), *Nas rotas do Império: eixos mecantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: EDUFES.
- (2007), *Conquistadores e negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Gomes, Flávio (2012), A demografia atlântica dos africanos no Rio de Janeiro, séculos XVII, XVIII e XIX: algumas configurações a partir dos registros eclesiais. *Hist. cienc. saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 19, supl. 1, p. 96. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702012000500006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000500006&lng=en&nrm=iso)>. access on 31 Oct. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500006>.
- Gomes, José Eudes A. Barroso (2009), *As milícias d’el rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista*. Dissertação de mestrado, UFF/PPGH.
- Lima, Henrique Espada (2006), *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Levi, Giovanni (1986), *Centro e periferia di uno stato assoluto. Tre saggi su Piemonte e Liguria in età moderna*. Torino: Rosenberg & Sellier.
- (2000), *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Manoel Maria Du Bocage (1987), *Excertos seguidos de uma notícia sobre a sua vida e obra (...) por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha*. Tomo II. Rio de Janeiro: Livraria de B. L. Garnier.
- Marretto, Rodrigo (2017), Os Sertões do Leste da Província Fluminense: Cantagalo e Nova Friburgo sob o impacto da Segunda Escravidão. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 10, n.º 1, jan.-jul., pp. 67-91.
- Mattos, Walter de (2009), *A Real Junta do Comércio, Agricultura Fábricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus Domínios Ultramarinos: um tribunal de Antigo Regime na corte de Dom João (1808-1821)*. Dissertação de mestrado, UFF/PPGH.

- Mello, Cristiane Mello P. de (2002), *Os corpos de auxiliares e de ordenanças na segunda metade do século XVIII – as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a manutenção do Império Português no centro-sul da América*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF-PPGH.
- Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa: Classe de Ciências Moraes, Políticas e Bellas Lettras*. Nova Serie, tomo III, parte II. Lisboa: Typographia Acadêmica, 1865.
- “Memória histórica e documentada das aldeas de índios da província do Rio de Janeiro”. *Apud: Revista do Instituto Histórico e Geográfico*. 3.ª série, n. 14, 2.º trimestre de 1854.
- Miller, Joseph (1988), *Way of Death Merchant Capitalism and the Angola Slave Trade 1750-1830*. Wisconsin: University of Wisconsin Press.
- Moraes, Roberto Menezes de (1994), *Os Ribeiro Avellar na fazenda de Pau Grande*. Patty de Alferes.
- Muaze, Mariana (2008), *As Memórias da Viscondessa – Família e Poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- Muaze, Mariana e Salles, Ricardo (2017), Família escrava em Impérios Agrários: o caso da fazenda Guaribu. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 30, n.º 1, pp. 34-51, jan./jun. <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/download/804/780>.
- Neves, José Acúrcio das (1814), O comercio portuguez na Asia em particular. In: Neves, José Acursio das. *Varietades sobre objectos relativos ás artes e manufacturas consideradas segundo os princípios da economia política*. Tomos I. Lisboa: Imprensa Régia.
- Osório, Helen (2001), “As elites econômicas e a arrematação dos contratos reais: o exemplo do Rio Grande do Sul (século XVIII)”. In: Fragoso, João Luis R., Bicalho, Maria Fernanda e Gouvêa, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 107-138.
- (2000), “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa”. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, n.º 39, p. 110. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v20n39/2983.pdf>.
- Parron, Tâmis (2011), *A Política da escravidão no Império Brasileiro, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Peixoto, Rafael Cupello (2013), *O Poder e a Lei: O jogo político no processo de elaboração da lei para inglês ver (1826-1831)*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF-PPGH.
- Pesavento, Fábio (2009), *Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do Setecentos*. Tese (Doutorado em Economia). Niterói: Universidade Federal Fluminense/FE.
- Ribeiro, Gladys Sabina (2002), *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Relume Dumará.
- Ribeiro, Alexandre Vieira (2011), “Perdas em trânsito”: mortalidade escrava na travessia Atlântica. [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903\\_ARQUIVO\\_texto\\_alexandre\\_ribeiro\\_junho\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308099903_ARQUIVO_texto_alexandre_ribeiro_junho_2011.pdf).
- Rodrigues, Eugénia (2001), Mercadores, conquistadores e foreiros: a construção dos prazos nos Rios de Cuama na primeira metade do século XVII. In: *Congresso Internacional Vasco da Gama. Homens, Viagens e Culturas*. Lisboa, 1998. Actas... Lisboa, CNCDP, pp. 443- 479.
- (2001), “Nomes e serventia”. *Administração e História Natural em Moçambique em finais de Setecentos (c. 1781-1807)*. <http://www.humanas.ufrpr.br/portal/cedope/files/2011/12/Nomes-e-serventia-Eugenia-Rodrigues.pdf>.
- Rodrigues, Jaime (2000), *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp/CECULT.

- Saint-Hilaire, August (2000), *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Salles, Ricardo (2008), *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sampaio, Antonio Carlos Jucá de (2003), *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- Santos, Guilherme de Paula Costa (2009), *A convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro*. São Paulo: USP-FFLCH.
- Tavares, Luís Henrique Dias (1988), *O comércio proibido de escravos*. São Paulo: Ática.
- Wagner, Ana Paula (2007), A administração da África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII: Notas para o estudo da região de Moçambique. *História Unisinos* 11(1): 72-83, Janeiro/Abril.